



Mapa feito em 1529 por Gemma Frisius, astrônomo e matemático flamengo, que mostra o conhecimento que então se tinha sobre a Europa, a África e a Ásia.

Página ao lado, acima
Quadro de Domingos Sequeira, de 1793, que retrata a batalha de Ourique, evento a partir do qual foi formado o reino de Portugal.

Página ao lado, abaixo
A adoção de elementos do catolicismo pelos chefes da região do Congo e de Angola foi tomada como uma vitória do trabalho de catequese junto aos africanos.

O comércio de escravos pelo oceano Atlântico

O pioneirismo português

As primeiras expedições portuguesas de exploração da costa atlântica africana, na primeira metade do século XV, financiadas pelos reis associados a mercadores, tinham como principal objetivo chegar à fonte do ouro que era comercializado pelos tuaregues e berberes no norte da África. Além disso, buscavam um caminho para as Índias que permitisse quebrar o controle que alguns comerciantes, em sua maioria italianos, tinham sobre o Mediterrâneo. As mercadorias que vinham do Oriente, como tecidos e especiarias, eram as mais lucrativas, e o ouro, que Portugal não tinha, era fundamental nessas trocas.

Contornando lentamente a costa africana, aprendendo a navegar em mares onde nenhum homem havia estado antes, com novas embarcações, novos instrumentos de navegação e conhecimentos, os portugueses foram os pioneiros entre os europeus no contato com povos da África ocidental e central. Além de chegar ao ouro e encontrar outro caminho para as Índias, ainda queriam cumprir sua missão de propagadores do cristianismo. Naquela época, também na Europa era na religião

que as pessoas buscavam a explicação das coisas, e os reis eram amados e respeitados acreditando todos que haviam sido escolhidos por Deus para ocuparem tal posição. Ao conquistar os mares e atingir um grande poder imperial em torno de 1500, o reino de Portugal justificou o seu direito de se apossar de terras e subordinar populações com o argumento de estar levando a mensagem de Cristo e a salvação eterna para todos.

As primeiras expedições na costa africana a partir da ocupação de Ceuta em 1415, ainda na terra de povos berberes, foram registrando a geografia, as condições de navegação e de ancoragem. Nas paradas, os portugueses negociavam com as populações locais e seqüestravam pessoas que chegavam às praias, levando-as para os navios para serem vendidas como escravas. Tal ato era justificado pelo fato de esses povos serem infiéis, seguidores das leis de Maomé, considerados inimigos, e portanto podiam ser escravizados, pois acreditavam ser justo guerrear com eles. Mais ao sul, além do rio Senegal, os povos encontrados não eram islamizados, portanto não eram inimigos, mas eram pagãos, ignorantes das leis de Deus, e no entender dos portugueses da época também podiam ser escravizados, pois ao se converterem ao cristianismo teriam uma chance de salvar suas almas na vida além desta. Dessa forma, os portugueses acreditavam estar fazendo um grande serviço aos africanos que escravizavam e levavam para Portugal ou lugares que começavam a colonizar.



O CRISTIANISMO COMO LEGITIMAÇÃO DO PODER

Quando no século XII Portugal se constituiu como unidade política, na qual os senhores locais passaram a aceitar a autoridade do rei, o cristianismo era a religião dos reis e nobres europeus. Para os reinos que começavam a se formar, era de máxima importância o apoio da igreja Católica, com sede em Roma. Uma das mais fortes justificativas de que o poder de um determinado rei era legítimo era a religiosa, pois sendo ele aprovado pelo papa o seria por Deus. À medida que a monarquia portuguesa foi se fortalecendo, principalmente a partir de meados do século XV, quando as expedições oceânicas começaram a ir mais longe, os cronistas da corte elaboraram uma história que justificava o poder dos reis e do reino numa aliança direta com Deus, percebida em algumas situações particulares nas quais milagres teriam ocorrido. O ato fundador do reino português segundo esses textos escritos a partir de cerca de 1450 teria sido a vitória de dom Afonso Henriques (que depois se tornou Afonso I de Portugal) contra o exército muçulmano em Ourique, em 1139. Para os cronistas que narraram essa história, só um milagre explicaria a vitória sobre o exército numericamente superior dos mouros, que era como os portugueses chamavam os muçulmanos do norte da África e da península Ibérica.

A idéia de um reino fundado no cristianismo fazia com que os governantes portugueses tomassem para si a tarefa de converter ao catolicismo os povos pagãos, isto é, que não conheciam a religião católica. À medida que o pequeno reino expandia suas fronteiras com a conquista dos mares e a exploração da costa africana e americana, ia justificando o domínio sobre os povos e as terras que encontrava por estar levando a eles a palavra de Deus e a possibilidade de salvação de suas almas. Assim, além de lucrar com o comércio e com a implantação de economias de exploração colonial, Portugal se fortalecia diante da Igreja, e também diante de Deus. Apesar de o maior interesse ser o comércio, a política oficial nunca deixava de lado os deveres relativos à conversão dos "gentios", outro nome pelo qual eram chamados os povos que não seguiam nenhuma das religiões monoteístas, como o judaísmo, o islamismo e o cristianismo.

Essa aliança entre interesses materiais e espirituais não era artimanha de governantes espertos que assim justificavam seu poder. Segundo o espírito da época, que só mudaria depois do século XVIII, quando as transformações trazidas pela ilustração¹⁰ começam a se disseminar, Deus, além de confirmar o poder dos reis, regia a vida na terra, e o destino dos homens era determinado pelo além.

¹⁰ *ilustração* nome do movimento de transformação do pensamento ocidental, ocorrido a partir do fim do século XVII, no qual a valorização do racionalismo e do conhecimento científico buscou sepultar a influência da religião e do pensamento mágico característicos do momento anterior. Ele dá as bases para o desenvolvimento do humanismo, conforme o qual as melhores qualidades do homem poderiam construir uma sociedade justa e igualitária.



Nos portos de embarque de escravos, africanos de diferentes origens eram negociados por outros africanos, que os vendiam aos capitães dos navios negreiros.

Página ao lado, acima

O ouro negociado com os povos acãs no início do século XVI permitiu o luxo da corte portuguesa daquele período e a construção de edifícios monumentais como o Mosteiro dos Jerônimos. Este estilo arquitetônico ficou conhecido como manuelino, por causa de D. Manuel I que reinou de 1495 a 1521.

Página ao lado, abaixo

Fortaleza de São Jorge da Mina, em gravura do século XVI.

Com a venda dessa mercadoria que nada custava, os exploradores e comerciantes pagavam suas expedições, e quando possível tiravam algum lucro. Mas logo começaram a encontrar a resistência das populações locais, que, prevenidas contra o perigo que aquelas embarcações desconhecidas traziam, passaram a receber os portugueses com flechas envenenadas e escaramuças. Com esse espírito de hostilidade ficava mais difícil capturar pessoas e não era possível comerciar mercadorias como ouro, peles, pimenta, corantes, papagaios, plumas e uma variedade de produtos de luxo. Assim, depois dos primeiros anos de exploração, por volta de 1450, os ataques já tinham sido abandonados, ou quase, e os capitães de navios tentavam sempre contatos amistosos com as populações dos lugares nos quais ancoravam.

O ouro que procuravam foi encontrado quando chegaram à costa da atual Gana, nas terras onde moravam os acãs, com os quais passaram a comerciar por volta de 1470. Ali foi construído o Forte de São Jorge da Mina, em 1482.

Antes dele, um outro forte, em Arguim, na costa do atual Senegal, já havia sido feito em 1445. Eles eram centros de comércio e de armazenamento de mercadorias e tinham a proteção dos senhores locais, os principais parceiros comerciais dos portugueses. O ouro que os comerciantes europeus trocavam com os acãs por tecidos indianos, contas venezianas, utensílios de metal, barras de ferro, e escravos que negociavam com outros povos, permitiu que a **Coroa**¹¹ portuguesa, que recolhia impostos de todos os que comerciavam naquela costa, pudesse continuar investindo nas expedições marítimas. Além disso, os lucros desse

¹¹ **coroa** é uma forma de se referir ao conjunto de governantes e regras de um reino, que é representado pela coroa que o rei usa, simbolizando que mais do que uma pessoa, ele é o representante de um corpo social e político.

comércio mantinham o luxo da corte e permitiam que fosse gasto muito dinheiro na construção de igrejas e palácios em Portugal.

Os três principais objetivos que levaram às explorações marítimas: comerciar ouro, encontrar o caminho alternativo para as Índias e converter ao catolicismo os povos encontrados, embocaram sucessos e fracassos. O ouro africano trouxe muita riqueza para Portugal no início do século XVI, mas logo acabou. No século XVII outros países, como Holanda, Inglaterra e França, passaram a navegar no Atlântico e no Índico e a contestar os monopólios¹² portugueses, assim como os espanhóis. Quanto à conversão dos pagãos, foi o objetivo menos realizado, mesmo que alguns povos tenham se convertido, em situações muito particulares, nas quais foi importante a persistência de alguns missionários.

No século XVI, enquanto os espanhóis se dedicaram a



¹² **monopólio** é um dos eixos do sistema colonial que floresceu entre os séculos XVI e XVIII, segundo o qual o país colonizador é o único com o qual as terras colonizadas podem comerciar.

